

CL

187

Reunião Ordinária – Ata nº 21/2012

Data – 2012-11-05

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 15.40 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatós dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



Resumo Diário da Tesouraria de 02-11-2012:

a) Dotações Orçamentais..... €4.580.498,03
b) Dotações não Orçamentais..... €130.817,94

Total das Disponibilidades €4.711.315,97



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(Lei nº 169/99, de 18 de setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

Esteve presente o município Jorge Manuel da Costa Ferreira Dias, acompanhado pelo seu filho, para saber qual foi a resolução da Câmara Municipal, em relação aos documentos que deixou para análise, na reunião de Câmara realizada em 22 de outubro de 2012.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

A Presidente da Câmara esclareceu que os documentos que o município deixou ficar em cima da mesa da sala de reuniões do executivo, foram entregues à PSP de Abrantes, porquanto a Câmara Municipal não os recebeu e estão junto à queixa apresentada pela Autarquia, face aos acontecimentos ocorridos na referida reunião, pelo que, a esta altura, nada mais tinha a acrescentar acerca do assunto.

O município interveio de novo para questionar, se a Presidente da Câmara, não tinha vergonha pelo que lhe andava a fazer.

A Presidente da Câmara chamou a atenção do município, pelo facto de mais uma vez, nesta mesma sala, estar a ser ofensivo com as pessoas.

O município respondeu que o assunto não ficava assim, que qualquer dia o problema seria resolvido de outra maneira e disse para a Presidente da Câmara olhar bem para as suas barbas.

O município preparava-se para abandonar a sala, mas entretanto resolveu não o fazer, dizendo para o filho, que iriam permanecer durante mais algum tempo.

A Presidente da Câmara referiu que sendo esta, uma reunião pública, os municípios podiam continuar a assistir à mesma.

□□

A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

□□

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

□□□

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara deu conhecimento de uma notícia publicada no "Mirante.PT – Diário Online", com o título "Autarcas do Médio Tejo reafirmam desacordo sobre reorganização do mapa judiciário" e onde refere que na reunião do conselho executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, os autarcas dos onze municípios deliberaram por unanimidade,

Ata da reunião de -05- de novembro de 2012



repudiar a reforma do sistema judiciário proposto pelo Ministério da Justiça, atualmente em discussão pública, e decidiram alertar a tutela para as possíveis implicações da mesma.

Tomado conhecimento.



O vereador António Belém Coelho chegou à reunião cerca das 14,34 horas.



A Presidente da Câmara deu conta de um conjunto de diligências levadas a efeito por alguns municípios, nomeadamente, Abrantes, Castelo Branco, Alter do Chão e Ponte de Sor, respeitantes aos municípios acionistas da Valnor.

O assunto prende-se essencialmente, com o facto do acionista maioritário EGF/ADP, ter indicado aos seus membros no Conselho de Administração da Valnor, que a remuneração acionista para 2012 e 2013, deverá ser de 9,5%, aos quais acrescem os 3 pontos percentuais do contrato, o que implica uma passagem do preço da tarifa de deposição de resíduos sólidos em aterro, de 27,00€ para 35,00€.

Disse também que foi realizada uma reunião com as Águas de Portugal, EGF e com a Entidade Reguladora da Águas e Resíduos, para obterem esclarecimentos acerca do assunto.

Tomado conhecimento



O vereador Santana-Maia Leonardo chegou à reunião cerca das 14,38 horas, a tempo de ainda ter tomado conhecimento do assunto anteriormente apresentado pela Presidente da Câmara, sobre o aumento da tarifa.



Nº 41 - Apresentou para aprovação, proposta de alienação do lote I-50 do Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte, com vista à ampliação da zona de aprovisionamento da empresa Vieira Metalomecânica, S.A..- 94478

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a alienação do referido lote do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, à empresa Vieira Metalomecânica, S.A., pelo valor de 1,50€/m², nos termos do regulamento em vigor.

Delegar poderes na Presidente da Câmara, para assinatura da respetiva escritura.

Handwritten signature and number 187

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 42 - A Presidente da Câmara apresentou também, uma informação da Divisão Financeira, acerca do pedido de inscrição do Centro Escolar de Rio de Moinhos, no protocolo de parceria entre a ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa e o Município de Abrantes, no âmbito do programa Eco-Escolas 2012/2013.

Refere que a despesa inerente à referida inscrição ascende a 70,00€ (setenta euros) e que se procedeu à respetiva cabimentação, ficando o compromisso dependente de fundos disponíveis para novembro. - 92478

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a inscrição do Centro Escolar de Rio de Moinhos no referido protocolo de parceria, nos termos da citada informação da Divisão Financeira.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 43 - Apresentou igualmente uma informação da Divisão Financeira, a dar conta que, decorrido o período de audiência prévia nos termos dos art.ºs 123º e 147º do CCP, sem que tenha sido apresentada qualquer reclamação, procedeu o júri do concurso para "Aquisição de Combustíveis Líquidos (Gasóleo e Gasolina s/ Chumbo 95 Octanas), por Cartão Eletrónico de Abastecimento", à elaboração de Relatório Final para homologação, no qual o júri mantém o teor das conclusões do Relatório Preliminar.

Neste sentido, sugere a adjudicação do fornecimento à "Petróleos de Portugal, Petrogal, SA", pelo montante de 426.455,00€+IVA, pelo período de 24 meses.

Mais informa que o compromisso inerente à despesa a realizar até final do corrente ano pode ser assumido ao abrigo dos fundos disponíveis existentes para o mês de novembro. - 49167

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, adjudicar o fornecimento à "Petróleos de Portugal, Petrogal, SA", pelo montante de 426.455,00€+IVA, pelo período de 24 meses, de acordo com a relatório final do júri do referido concurso.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

Nº 44 - A Presidente da Câmara apresentou para ratificação do órgão executivo, o parecer que a Câmara Municipal remeteu à Ministra da Justiça, que se anexa à presente ata, sobre a proposta da Lei de Organização do Sistema Judiciário e sobre a proposta do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciários, no qual é reiterado a total discordância do Município de Abrantes, no que respeita à base territorial utilizada - o distrito - para a circunscrição das futuras comarcas.

O referido documento retrata a posição conjunta da Autarquia e do Agrupamento da Delegação de Abrantes da ordem dos advogados e foi elaborado na sequência das propostas que o gabinete da Ministra da Justiça remeteu para audição.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, ratificar o referido parecer.

Os vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, votam a favor deste parecer, tendo em conta que são contra a reforma deste mapa judiciário, no entanto, consideram que a atual reforma do mapa judiciário acentua de forma tão descarada os vícios já existentes, que consideram que qualquer reforma teria de assentar em pressupostos completamente diferentes, partindo do atual círculo judicial e com a preocupação de abranger todo o território nacional de forma equilibrada.



Por último, deu conhecimento que no período compreendido entre os dias 11 e 15 de novembro de 2012, se deslocará à Roménia para visitar a cidade de Mioven, acompanhada pelo Presidente do Núcleo Local da Nersant, e pelo Coordenador da Tagus, com o objetivo de corresponderem ao convite que lhes foi endereçado, nomeadamente, face à intenção que a autarquia daquela cidade tem em construir uma zona industrial e para qual solicitaram apoio. Pretendem ainda, no início da primavera do próximo ano, levar a cabo um encontro com promotores a vários níveis.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A vereadora Celeste Simão deu conhecimento que no passado sábado, dia 3 de novembro, realizou-se na ESTA, mais uma ação no âmbito do Projeto de Igualdade de Género e não Discriminação em Abrantes, desta vez subordinado ao tema "O Papel das Comissões Sociais de Freguesia na Promoção da Igualdade de Género".

Referiu que estiveram presentes 38 participantes e que neste workshop, foi utilizada uma metodologia participativa, em que as pessoas estiveram sempre a intervir e no qual foram abordados alguns conceitos como a intolerância, os estereótipos, o conceito de género e igualdade, entre outros.

Aludiu ainda que, foi de extrema importância tudo o que foi dito e terminou com possíveis propostas a incluir nos planos das Comissões Sociais de Freguesia.



A vereadora Celeste Simão deu igualmente conhecimento da seguinte informação da Divisão de Educação e Ação Social, respeitante ao Projeto Mediadores Municipais – 1º ano – 2011/2012:

"Findo o 1º ano de execução no âmbito do Projeto Mediadores Municipais a decorrer em Abrantes, aprovado em Setembro de 2011 após candidatura ao mesmo, contando localmente com a parceria da Associação Cres.Ser como entidade gestora, cumpre informar das atividades desenvolvidas pela Mediadora Municipal no período em apreço. Tendo como principais objetivos gerais melhorar o acesso das comunidades ciganas a serviços e equipamentos locais, bem como promover a comunicação entre a comunidade cigana e a comunidade envolvente, com vista a prevenção e gestão de conflitos, foram estabelecidas como áreas de intervenção prioritárias no concelho de Abrantes as seguintes:

- Educação*
- Habitação*
- Empregabilidade*
- Saúde*

Neste sentido, durante o 1º ano de projeto a mediadora implementou e desenvolveu de forma articulada com os serviços de ação social e de educação:

- Reuniões com responsáveis da unidade de Abrantes do Centro Hospitalar Médio Tejo e do ACES do Zêzere;*
- Sessões de sensibilização com equipas de saúde para o cumprimento do plano de vacinação e ações de planeamento familiar junto da população cigana;*
- Estratégias de mediação no Hospital de Abrantes de forma a minimizar confrontos entre elementos da comunidade cigana e técnicos do hospital;*
- Reuniões com as parcerias da rede social;*
- Reuniões com os agrupamentos escolares;*
- Acompanhamento de crianças e jovens em situação de absentismo escolar em articulação com a CPCJ, docentes das escolas;*
- Sessões com os encarregados de educação;*
- Atendimento a munícipes de etnia cigana no Serviço de Ação Social em articulação com a equipa técnica, para despiste e avaliação de situações de carência económica, habitacional e saúde;*
- Participação nas Férias Jovens da Câmara Municipal — com ateliê de danças ciganas;*
- Participação em ações de formação para mediadores municipais;*

Tânia Sousa — mediadora municipal em Abrantes, concluiu recentemente com sucesso o Programa Europeu de Formação para Mediadoras, juntando-se a este processo uma cópia do seu certificado.

Face ao exposto, e parecer da coordenação do projeto, que o impacto da intervenção da mediadora municipal se tem revelado como muito positivo e promotor de várias mudanças na comunidade."

Tomado conhecimento.



A vereadora Celeste Simão deu ainda conhecimento de um ofício enviado pelo ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, a propósito da Mediadora Municipal, Tânia Sousa, frequentou as ações de formação com um grupo de outros mediadores que também estão em autarquias a desenvolver o mesmo tipo de trabalho.

Referiu que o Conselho da Europa está muito empenhado no projeto de parceria estabelecido com o ACIDI. Sendo assim, informam que a mediadora da Câmara Municipal de Abrantes, foi selecionada para representar Portugal em Bruxelas, num Congresso de Mediadores, nos dias 17 e 18 de janeiro de 2013.

Informou também que o gabinete que promove estas ações, vai começar a fazer visitas aos municípios para trocar ideias com os respetivos coordenadores deste projeto e também com os responsáveis por esta área de intervenção.



VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O vereador António Belém Coelho, em nome dos vereadores eleitos pelo PSD, apresentou uma declaração com o título "Centros Escolares – Porque Votámos a Favor", cujo teor abaixo se transcreve:

"Os vereadores eleitos pelo PSD consideram a construção dos Centros Escolares um investimento essencial no combate à desertificação do território, porque permitiu que zonas do concelho carentes deste tipo de equipamentos usufruam das mesmas condições de excelência que são oferecidas aos alunos que vivem nos centros urbanos. É este tipo de equipamentos que contribui para a fixação das populações nas freguesias rurais e não a manutenção, em cada aldeia ou lugar, de pequenas escolas carentes de alunos e de condições.

Num mundo cada vez mais globalizado, onde a convivência com o outro é essencial para a formação integral de cada um, não é aceitável que os alunos das freguesias rurais continuem a crescer em escolas isoladas do mundo que não têm sequer capacidade para formar duas equipas de futebol.

Sejamos francos, manter uma escola básica a funcionar com 30 ou 40 alunos, em pleno século XXI, é o mesmo que querer disputar um campeonato de futebol com um plantel de cinco jogadores.

No entanto, era bom que todos estivéssemos cientes de que a construção dos Centros Escolares, só por si, não resolve o problema.

Com efeito, caso não haja uma inversão do nosso modelo de desenvolvimento, dentro de dez anos, os Centros Escolares agora construídos vão-se debater com o mesmo problema de falta de alunos com que se debateram as escolas que agora foram encerradas."

Em seguida, o vereador António Belém Coelho apresentou o seguinte pedido de esclarecimentos dos vereadores do PSD:

"Passados os 10 dias concedidos, na última reunião, à RPP Solar para pagar os encargos que a câmara suportou com a aquisição do terreno, gostaríamos de saber se o cheque já foi depositado e se tinha provisão."

A Presidente da Câmara referiu que o cheque ainda não foi depositado e esclareceu que os 10 dias seguidos só começam a contar, a partir do momento em que a carta é recebida.

□□

O vereador Carlos Arês chegou à reunião cerca das 15,00 horas.

□□□

VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O vereador Santana-Maia apresentou uma declaração dos vereadores eleitos pelo PSD sobre os Bombeiros Municipais, que por ser extensa se anexa à presente ata, expondo designadamente, que querem deixar claro que, quando aprovaram o Protocolo, desconheciam que o mesmo se destinava a encobrir uma operação deste tipo.- 95991

A Presidente da Câmara lamenta a interpretação feita pelos vereadores do PSD acerca deste assunto e referiu que não leram o documento e o protocolo que lhes foi entregue, porquanto o que o IGAL não permite à Câmara Municipal é a atribuição de trabalho voluntário, no entanto, o mesmo, poderá ser realizado através de uma Associação Humanitária.

Não existe qualquer situação anómala com este protocolo, tendo o mesmo sido visado pelas entidades que tutelam esta matéria.

Referiu que aquando da homologação do protocolo, não era a situação que gostariam de ter e por isso mesmo, se está a trabalhar para a criação de um Agrupamento de Bombeiros, que se tudo correr bem, vai juntar quatro corporações de bombeiros, duas voluntárias e duas municipais e que só não se avançou, porquanto o Conselho de Ministros aprovou a Lei, mas a mesma ainda não foi publicada. Desta forma espera ver resolvido em definitivo, o problema dos Bombeiros Municipais de Abrantes.

Referiu também que enquanto eleitos, cabe a todos defender o que é melhor para o concelho de Abrantes e não criar especulação acerca de matérias tão sensíveis como esta.

Disse igualmente que existem quatrocentas corporações de bombeiros a nível nacional, sendo que só cerca de vinte são municipais e que Abrantes está nesse conjunto.

Disse ainda que todos os anos o orçamento municipal é prejudicado, porque todos os custos inerentes ao funcionamento dos bombeiros, saem todos exclusivamente do orçamento municipal, contrariamente às associações humanitárias, que recebem diretamente do orçamento do estado, pelo que lamenta que os vereadores do PSD não queiram perceber o trabalho que está a ser desenvolvido.

O vereador Santana-Maia Leonardo disse que existem dois pontos de vista que são inconciliáveis: ou seja, a Presidente da Câmara coloca o interesse de Abrantes acima de tudo e para os vereadores do PSD existem situações que estão acima dos interesses de Abrantes, como é o caso da Democracia e do Estado de Direito. Consideram que estes valores estão acima de qualquer coisa, porque o maior garante para todos os cidadãos portugueses é que o poder executivo, seja o governo ou as autarquias, cumpram a lei, caso contrário corre-se o risco de cair na arbitrariedade. O que os vereadores do PSD defendem nestas questões é apenas, o princípio da legalidade.

A Presidente da Câmara reiterou que não está em causa, nenhum princípio de ilegalidade com esta proposta, mas sim a salvaguarda e proteção dos cidadãos e do concelho.

O vereador Carlos Arês questionou se o diploma que foi publicado no Conselho de Ministros vem revelar as remunerações dos bombeiros.

A Presidente da Câmara esclareceu que o referido diploma vem possibilitar a criação de agrupamentos de bombeiros e forças operacionais conjuntas e prestou os devidos esclarecimentos acerca do assunto.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma carta enviada pela ACATIM – Associação Comunitária de Apoio à Terceira Idade de Mouriscas, a agradecer o apoio financeiro concedido àquela Associação, que irá permitir, de forma significativa, melhorar os acessos e as suas instalações. - 93373

Tomado conhecimento.



Nº 2 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta do seu despacho datado de 29 de outubro de 2012, a autorizar o STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, a realizar uma reunião no estaleiro municipal com os seus associados, no dia 6 de novembro de 2012. - 94262

Tomado conhecimento.



Nº 3 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o ofício nº 56 da Assembleia Municipal de Abrantes, datado de 23 de outubro de 2012, a remeter recomendação apresentada pelo BE na sessão extraordinária de 12 de outubro de 2012, na sequência do

Q1
ABT

ponto da ordem de trabalhos referente ao contrato de concessão do serviço de águas residuais urbanas no município. - 93716

Tomado conhecimento.



Nº 4 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o ofício nº 50005 da Câmara Municipal do Crato, datado de 22 de outubro de 2012, dando conta das deliberações nºs 439 e 440, aprovadas por unanimidade na sua reunião extraordinária de 19 do corrente mês e solicitando a intervenção da Câmara Municipal de Abrantes nomeadamente no que respeita ao impedimento do enorme aumento da tarifa a pagar à VALNOR em 2013, bem como, da Privatização da VALNOR. - 93814

Tomado conhecimento.



Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta de protocolo de cedência de instalações, nomeadamente das antigas instalações da Cruz Vermelha, Edifício Carneiro, sitas na Rua de S. Pedro, em Abrantes, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação "Grupo de Teatro Palha de Abrantes", para instalação da sua sede. - 77485

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes à Presidente da Câmara para a sua assinatura.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 29 de outubro de 2012, que autorizou a realização de uma atividade de sensibilização alusiva à prevenção do cancro da mama, no Parque Urbano de São Lourenço, no dia 27 de outubro de 2012, levado a efeito pela Unidade Saúde Pública (USP) do Aceszêzere. - 93650

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, acerca do pedido de Renascer - Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, a

Ata da reunião de -05- de novembro de 2012

h1
AST

solicitar autorização para a realização de um peditório e cedência de espaço público no Centro Histórico de Abrantes, nos dias 19, 20 e 21 de Dezembro de 2012. - 88669

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a realização do peditório, bem como a cedência de espaço público, nos termos da referida informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização.



Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
93665	ACES Médio Tejo Zêzere	Comemoração Dia Nacional Prevenção Cancro Mama.	27 outubro de 2012	• Ocupação da via pública	32,49€
82112	Centro Social C.R. Água das Casas	Festejos Água das Casas	27,28 e 29 julho de 2012	• Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes e atividade	116,22€
93102	Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior	2º Mercado de Doces Tradicionais	20 de outubro de 2012	• Recinto improvisado; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Ocupação via pública.	78,77€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar as requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Divisão Jurídica

Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 25 de outubro de 2012, que aprovou a minuta da

Ata da reunião de -05- de novembro de 2012

escritura de reversão do lote 8 do loteamento municipal em São Facundo, Abrantes, celebrada entre José Manuel Guimarães Bispo e Sónia Margarida Rosário Mendes e o Município de Abrantes, pelo valor de 9.980,00€ (nove mil novecentos e oitenta euros). - 87167

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação do Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, datada de 24 de outubro de 2012, que remete, para aprovação, o processo respeitante ao concurso público para a cedência de exploração do Quiosque situado no Largo 1º de Maio, em Abrantes constituído por Normas do Concurso e Programa do Concurso, bem como a proposta de Edital e a constituição do Júri do referido concurso. - 94042

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o referido processo composto por Normas do Concurso e Programa do Concurso, bem como a proposta de Edital e a constituição do Júri do Concurso.

Aos respetivos serviços para procederem ao desenvolvimento do concurso público e à publicitação do edital, conforme sugerido na referida informação.



Divisão Financeira

Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe de Divisão Financeira, datada de 19 de outubro de 2012, que remete para aprovação, a transferência do montante de 43,20€ (quarenta e três euros e vinte centimos), para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, referente a despesa inerente à componente "Elaboração de apresentação multimédia" - 82217

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a transferência de 43,20€ (quarenta e três euros e vinte centimos), para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos da referida informação.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe de Divisão Financeira, datada de 28 de outubro de 2012, que remete para aprovação, a transferência do montante de 100,50€ (cem euros e cinquenta centimos), para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, referente a despesa inerente à participação de técnicos da Divisão Financeira nas duas últimas reuniões técnicas da CIMT do ano de 2012. - 91310

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a transferência de 100,50€ (cem euros e cinquenta cêntimos), para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos da referida informação.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe de Divisão Financeira, datada de 28 de outubro de 2012, que remete para aprovação, a transferência do montante de 110,50€ (cento e dez euros e cinquenta cêntimos), com IVA incluído, para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, referente a despesa inerente à participação de técnicos da Divisão Financeira em reuniões técnicas da CIMT do ano de 2010. - 92780

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a transferência de 110,50€ (cento e dez euros e cinquenta cêntimos), com IVA incluído, para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos da referida informação.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 28 de outubro de 2012, referindo que, por deliberação da Câmara Municipal de 07.05.2012, foi autorizada despesa para o consumo de água e respetivas tarifas para o ano 2012, no valor total de 302.000,00€. Tendo em conta, que o consumo tem sido superior ao previsto, informa que se torna prudente um reforço do montante autorizado de, respetivamente, 40.000,00€ para consumo de água e 22.500,00€ para tarifas. - 72128

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o reforço do montante autorizado de 40.000,00€ para consumo de água e 22.500,00€ para tarifas, de acordo com a referida informação da Divisão financeira.

O vereador António Belém Coelho referiu que na informação não está explícita a razão do aumento do consumo.

A Presidente da Câmara explicou que esta situação tem a ver com a distribuição do tarifário. Referiu que o consumo não é superior, apenas foi feita uma atualização dos valores, de acordo com as recomendações do ERSAR e também pelo facto de existirem novos equipamentos.

O vereador António Belém Coelho sugeriu que fosse acrescentado na informação que o aumento do consumo, apenas se deve às razões apontadas pela Presidente da Câmara, tendo a mesma aceite a sugestão.

Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 25 de outubro de 2012, remetendo para aprovação, despesa inerente ao protocolo de cedência de utilização do pavilhão municipal à Escola Dr. Solano de Abreu, nos termos do ponto 2, da cláusula 5ª do referido protocolo. Trata-se de custos remanescentes dos encargos com a limpeza, água e eletricidade, respeitantes à utilização do pavilhão "por outros membros da comunidade" em sábados, domingos e feriados e horas noturnas.

Mais informa que, de acordo com apuramento de custos por parte da escola o custo/hora ascende a 7,00€, pelo que os montantes agora apresentados dizem respeito à diferença paga pelos utilizadores e o custo apurado. No total, o montante a pagar referente ao primeiro semestre de 2012, ascendem a 2.034,03€ (dois mil e trinta e quatro euros e três cêntimos).

Informa também que, a assunção do compromisso, ficará dependente da existência de fundos disponíveis no mês de novembro. - 93426

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pagamento do montante de 2.034,03€ (dois mil e trinta e quatro euros e três cêntimos), nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a assunção do compromisso plurianual relativo ao procedimento por ajuste direto para aquisição de serviços de análises clínicas para o período 2013/2015, pelo preço base fixado de 22.671,21€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, como parâmetro base (máximo) do preço contratual, sendo o valor máximo por cada ano de 7.557,07€, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor. Ainda que a despesa referida signifique um compromisso plurianual, a autorização por parte da Assembleia Municipal prevista na alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) está dispensada, de acordo com a deliberação da própria Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012, que autorizou a assunção de compromisso plurianuais por parte da Câmara Municipal, uma vez que a despesa consta das Grandes Opções do Plano. - 94593

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual relativo ao procedimento por ajuste direto para aquisição de serviços de análises clínicas para o período 2013/2015, no valor total de 22.671,21€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a assunção do compromisso plurianual relativo ao procedimento por ajuste direto para aquisição de serviços de medicina no trabalho, pelo preço base fixado de 91.980,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, como parâmetro base (máximo) do preço contratual, pelo período máximo de 3 anos. Ainda que a despesa referida signifique um compromisso plurianual, a autorização por parte da Assembleia Municipal prevista na alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) está

dispensada, de acordo com a deliberação da própria Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012, que autorizou a assunção de compromisso plurianuais por parte da Câmara Municipal, uma vez que a despesa consta das Grandes Opções do Plano. - 94825

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual relativo ao procedimento por ajuste direto para aquisição de serviços de medicina no trabalho, pelo preço base fixado de 91.980,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a assunção do compromisso plurianual relativo ao procedimento por ajuste direto para fornecimento contínuo de gás propano a granel, para diversas escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Abrantes (Chainça, Rossio, Carvalhal e Pego), pelo prazo de 1 ano, pelo valor de 25.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Ainda que a despesa referida signifique um compromisso plurianual, a autorização por parte da Assembleia Municipal prevista na alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) está dispensada, de acordo com a deliberação da própria Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012, que autorizou a assunção de compromisso plurianuais por parte da Câmara Municipal, uma vez que a despesa consta das Grandes Opções do Plano. - 94090

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual relativo ao procedimento por ajuste direto para fornecimento contínuo de gás propano a granel, para diversas escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Abrantes (Chainça, Rossio, Carvalhal e Pego), pelo prazo de 1 ano, pelo valor de 25.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a assunção do compromisso plurianual relativo ao procedimento por ajuste direto para fornecimento contínuo de gás propano a granel para os Centros Escolares de Rio de Moinhos, Bemposta e de Tramagal e para o Centro de Acolhimento do Tejo, pelo prazo de 1 ano, pelo valor de 42.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Ainda que a despesa referida signifique um compromisso plurianual, a autorização por parte da Assembleia Municipal prevista na alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) está dispensada, de acordo com a deliberação da própria Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012, que autorizou a assunção de compromisso plurianuais por parte da Câmara Municipal, uma vez que a despesa consta das Grandes Opções do Plano. - 94084

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual relativo ao procedimento por ajuste direto para fornecimento contínuo de gás propano a granel para os Centros Escolares de Rio de Moinhos, Bemposta e de Tramagal e para o Centro de Acolhimento do Tejo, pelo prazo de 1 ano, pelo valor de 42.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 29 de outubro de 2012, que autorizou o Centro Social Paroquial de Rossio ao Sul do Tejo a utilizar o espaço do Aquapolis – Margem Sul – Tenda, para a realização de uma atividade destinada aos utentes das IPSS, no âmbito da comemoração do Dia da Terceira Idade, no passado dia 26 de outubro de 2012. – 94211

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Divisão de Educação e Ação Social

Nº 21 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, a minuta do acordo de colaboração, a celebrar entre o Município de Abrantes, a Fajudis – Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém, o Jardim de Infância de Arreciadas, o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida e os Pais dos Alunos do Jardim de Infância de Arreciadas, no âmbito das atividades de apoio à Família no Pré-Escolar. – 92295

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de acordo de colaboração, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, a atribuição dos auxílios económicos a alunos carenciados para o ano letivo 2012/2013 (2ª fase), no valor total de 892,22€ (oitocentos e noventa e dois euros e vinte e dois cêntimos), cujas verbas serão transferidas para os respetivos agrupamentos escolares. – 93163

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição dos auxílios económicos a alunos carenciados para o ano letivo 2012/2013 (2ª fase), no valor total de 892,22€ (oitocentos e noventa e dois euros e vinte e dois cêntimos).

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 23 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, minuta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Abrantes, a Tejo Energia, a Escola Secundária com 2º e 3º CEB Dr. Manuel Fernandes, a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário Octávio Duarte Ferreira, a Escola Secundária Dr. Solano

Ata da reunião de -05- de novembro de 2012



de Abreu, e a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes, para atribuição de prémio de mérito escolar a alunos que concluíam o ensino secundário nas escolas do concelho.
- 94941

Deliberação: Por unanimidade, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo das alíneas b) e d) do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18/9, na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11/1, em conjugação com o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 159/99 de 14/9, contribuir com verba a definir anualmente para integrar prémio de mérito escolar (a par de outras entidades), a atribuir como auxílio económico aos alunos que se distingam na conclusão do ensino secundário nas escolas públicas do Município, conforme critérios constantes de protocolo a celebrar entre CMA, Escolas e Tejo Energia. Fundamenta a participação a competência detida pela Câmara Municipal de atribuição de auxílios económicos, embora com a contrapartida do bom desempenho do aluno, que importa incentivar, também enquanto agente cultural no seu meio e comunidade.

Os critérios de seleção dos alunos e a forma de entrega do Prémio de Mérito Escolar são definidos no protocolo assinado entre as entidades intervenientes, sendo aí também definidas as competências de cada entidade.

Deliberou igualmente por unanimidade, aprovar a referida minuta de Protocolo de Cooperação, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 24 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, minuta de Protocolo, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação Unimaxial – Associação Particular de Solidariedade Social, Cultura e Desporto de Maxial, para cedência da escola primária do Maxial. - 88483

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de Protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 25 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 29 de outubro de 2012, que autorizou a cedência de uma sala da Biblioteca Municipal António Botto à Associação Vidas Cruzadas, para a realização de sessões de formação e reuniões com todas as entidades parceiras, no âmbito do MAIFI – Modelo de Avaliação e Intervenção Familiar Integrada. – 94061

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, proposta de indicadores de avaliação das candidaturas ao Finabrant. - 78210

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida proposta de indicadores de avaliação das candidaturas ao Finabrant.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 27 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, datada de 23 de outubro de 2012, dando conta que a Associação Juvenil Recreativa e Cultural do Pego, após longo período de inatividade, iniciou um novo ciclo com novos corpos sociais, tomando posse a 17 Junho 2012, pelo que sugere que o valor de 72,43€ (setenta e dois euros e quarenta e três cêntimos), que se encontra em dívida pela referida associação, relativamente a dois processos de execução fiscal (00000236 e 07000199), provenientes do não pagamento de duas faturas emitidas pelo Município de Abrantes, em 2004 (GF11-00114/GF11-00130) no âmbito da utilização do Pavilhão Municipal do Pego, entre Janeiro e Abril do ano de 2004, seja extinto, uma vez que se trata de uma associação de cariz juvenil e sem fins lucrativos. - 89448

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a extinção do valor de 72,43€ (setenta e dois euros e quarenta e três cêntimos), em dívida pela Associação Juvenil Recreativa e Cultural do Pego, nos termos da referida informação da Divisão de Desporto e Juventude.



Nº 28 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, sugerindo a isenção do pagamento de taxas pela utilização do Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes, nos dias 3 e 4 de novembro de 2012, no âmbito da realização do Estágio da Seleção Nacional Sénior de Pólo Aquático, organizado pela Federação Portuguesa de Natação. - 93729

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor de 873,75€ (oitocentos e setenta e três euros e setenta e cinco cêntimos), de acordo com a referida informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 29 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 199 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 16 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Beneficiação da EM 546 entre Chainça (A23) e Sentieiras", adjudicada a Construções Júlio Lopes, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 14.10.2010, que corresponde a um tempo decorrido de 2 anos completos, poderá ser liberada 60% (10.415,42€) da garantia da obra, correspondendo a:

- Garantia bancária 980154006278, do BBVA, S.A., no montante de 9.370,91€, datada de 23.07.2010;
- Garantia bancária 980154003879, do BBVA, S.A., no montante de 1.044,51€, datada de 16.07.2009.

Após estas reduções a 1ª garantia referida será extinta e a 2ª garantia apresentará o valor de 6.943,61€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 199 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 30 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 202 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 23 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Intervenção em Linha de Água - Regato da Samarra", adjudicada a Tecnorém Engenharia e Construções, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 20.02.2008, que corresponde a um tempo decorrido de 4 anos completos, poderá ser liberada 90% da garantia da obra que corresponde a 16.331,47€ pelo que, poderá ser reduzida a garantia bancária Nº 36230488091526 do Banco Santander Totta, S.A., neste montante.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 1.525,72€.

[Handwritten signature]

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 202 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 31 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 203 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 24 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Repavimentação da Estrada Municipal Nº 575-1 que liga Bemposta a Vale de Açor", adjudicada a Construções ViasManso, Lda., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 24.09.2008, que corresponde a um tempo decorrido de 4 anos completos, poderá ser liberada 90% da garantia da obra que corresponde a 24.951,19€ pelo que, poderá ser reduzida a garantia bancária Nº 539/2008-P do BPN – Banco Português de Negócios, S.A., neste montante.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 830,05 €.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 203 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 204 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 24 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Requalificação da Escola Básica 2,3 D. Miguel de Almeida-Abrantes", adjudicada a Tecnorém Engenharia e Construções, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Para a obra em epígrafe, foram entregues Garantias Bancárias, num total de 330.345,39€.

Sendo o montante necessário para a caução da empreitada 322.165,42€, atendendo aos trabalhos executados, deverá ser reduzida a garantia nº 2540.001058.693 da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., no montante de 8.179,97€.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 15-09-2011, que corresponde a um tempo decorrido de 1 ano completo, poderá ser liberada 30% (96.649,63€) da garantia da obra, correspondendo à garantia bancária nº 2540.001058.693 da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., neste montante.

Esta garantia terá uma redução no total de 104.829,60€ (96.649,63€ + 8.179,97€) e ficará com um valor residual de 57.099,25€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 204 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 33 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 207 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 29 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Requalificação da Avenida António Farinha Pereira", adjudicada à sociedade comercial ASIBEL - Construções, S.A., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 34 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 98/2012.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 25 de maio de 2012, acerca do pedido de licenciamento de alteração ao alvará de loteamento nº 25/86 emitido em nome de Generosa Serras, sito na Quinta dos Telheiros, Abrantes, requerido por Aniceto Baptista Soares. - 61114

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido de alterações apresentado, nos termos e com os condicionamentos sugeridos pela informação técnica nº 98/2012.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.



Nº 35 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 198/2012.RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 09 de outubro de 2012, acerca do pedido de licenciamento de alteração ao alvará de loteamento nº 23/1992, sito na Rua da Barca, lote 7, freguesia de São João, Abrantes, requerido por Susana Paula Marques Craveiro. - 65031

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido de alterações apresentado, nos termos e com os condicionamentos sugeridos pela informação técnica nº 198/2012.RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Nº 36 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, na sequência da informação nº 130/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 12 de outubro de 2012, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, num terreno com a área de 40,04 ha, sito em Vale das Casas, freguesia de Bemposta, Abrantes, requerido por Portucel Soporcel Florestal – Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A. - 92044

Deliberação: Por unanimidade, licenciar a ação de modelação do solo, conforme solicitado por Portucel Soporcel Florestal – Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A e nos termos da referida informação nº 130/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 37 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 38 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou a informação nº 279 da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 15 de outubro de 2012, contendo resposta ao pedido de esclarecimentos apresentado pelos vereadores do PSD na reunião de 24 de setembro de 2012, sobre "Animais de Companhia: Abandonados e Raças Perigosas". - 90356

Tomado conhecimento.



Nº 39 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à informação nº 280/2012 da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 16 de outubro de 2012, remetendo para aprovação diversos pedidos de recolha de azeitona municipal, bem como um pedido para recolha de pinhas e um outro para extração de cortiça. - 92692 - 93819

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a recolha de azeitona municipal, de acordo e com os fundamentos da referida informação nº 280/2012 da Divisão de Serviços Urbanos, que se dá por transcrita, assim como o pedido para recolha de pinhas.

Indeferir o pedido de extração de cortiça dos sobreiros existentes na Quinta d'Arca, em Abrantes, por ser inadequada a época, de acordo com as boas práticas de gestão em sobreiro

Ata da reunião de -05- de novembro de 2012

e azinheira, conforme citado na referida informação nº 280/2012 da Divisão de Serviços Urbanos.

À Divisão de Serviços Urbanos para proceder em conformidade.

Atendendo ao aumento de pedidos que todos os anos têm surgido, a Presidente da Câmara solicitou à Divisão de Serviços Urbanos, para que elaborasse um regulamento, com vista a uma maior transparência acerca desta matéria.



Nº 40 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, referente à informação nº 253/2012 da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 6 de setembro de 2012, sugerindo que ao abrigo da alínea a) do nº 6 do artigo 6º, a Câmara Municipal, declare caducasas, as licenças de ocupação de terrado da feira retalhista para os feirantes mencionadas na referida informação, e consequentemente, a vacatura dos referidos terrados, em virtude de não terem comparecido, em 2012, a quatro feiras consecutivas.

Mais informa que para as notificações a enviar, deverá ser concedido prazo de audiência prévia, findo o qual nada sendo dito, será declarada a caducidade da licença, ficando vagos os referidos terrados.

Sugere também que sejam emitidas a partir de outubro do corrente ano notas de débito para pagamento mensal do terrado, para os feirantes igualmente mencionados na referida informação e que continuarem a estar presentes esporadicamente em feiras, durante o ano de 2012. Todos estes feirantes têm pagamentos em atraso, tendo inclusivamente faltado, alguns a mais de 4 feiras consecutivas, e outros a mais de 8 feiras interpoladas, o que, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 6º, do regulamento em vigor, conduz também à caducidade de todas as licenças de terrado, e respetiva vacatura dos mesmos.

Nesse sentido, sugere que seja dada possibilidade de pagamento faseado das dívidas, continuando estes a efetuar o pagamento normal do mês seguinte e mantendo o lugar.

Não querendo proceder ao pagamento dos meses em atraso, será efetuada nova informação, para perda de lugar desses feirantes, e emitidas certidões de dívida, para que assim seja cobrada a dívida através de execução fiscal. - 88067

Deliberação: Por unanimidade, aprovar nos termos da referida informação nº 253/2012 da Divisão de Serviços Urbanos, que se dá por transcrita.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



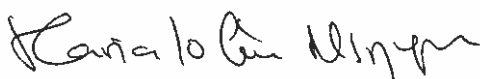
Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas quinze horas e quarenta minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A ASSISTENTE TÉCNICA





Lei de Organização do Sistema Judiciário
Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais

PARECER

Em 15 de Outubro (p.p.) o Gabinete da Sra. Ministra da Justiça remeteu a esta Câmara Municipal, para audição, os documentos “Lei de Organização do Sistema Judiciário” e “Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais”.

Assim, na sequência da análise efetuada aos documentos em apreço, e em conformidade com o parecer emitido por esta Câmara Municipal em 02 de Julho (p.p.), cumpre-nos tecer as seguintes considerações:

1. Reiteramos a nossa total discordância no que respeita à base territorial utilizada - o distrito - para a circunscrição das futuras comarcas. De fato, trata-se de uma dimensão que já não corresponde à forma como se organizam territorialmente a larga maioria dos Serviços Públicos e que, não tem em consideração a realidade da gestão territorial que constituem as Comunidades Intermunicipais. Trata-se de um modelo, esse sim interiorizado pelos cidadãos e entidades, em torno do qual se procura, efetivamente promover uma gestão supramunicipal, equilibrada e partilhada, dos recursos existentes, promovendo a coesão económica e social dos territórios que as constituem. Terá sido aliás pelo reconhecimento da importância deste modelo de gestão que, em 18 de Outubro (p.p.), o Conselho de Ministros aprovou a proposta de Lei-Quadro “Atribuições e competências das autarquias locais e estatuto das entidades intermunicipais” reforçando-se este modelo de governação supramunicipal.

Quer isto dizer portanto, que a circunscrição das futuras comarcas à dimensão distrito, como agora se propõe, se encontra não só desfasada da realidade dos territórios, como do próprio modelo de governação dos territórios aprovado em Conselho de Ministros.

01
-187

Veja-se, a título de exemplo, o caso do Município de Alcanena, que integra a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo mas que, nesta proposta de organização judicial, é abrangida pelas Secções Especializadas da Instância Central (Trabalho e Família e Menores) sediadas em Santarém e, pela Instância Local de Santarém. Ou ainda os Municípios da Chamusca e Golegã, que integram a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, mas que são abrangidos pelas Secções Especializadas da Instância Central (Trabalho e Família e Menores) sediadas em Tomar. Em ambos os casos, verifica-se um movimento de cidadãos, entidades e recursos, completamente *contra-natura*.

2. No que respeita em concreto à atual Comarca de Abrantes, e tendo em conta que a reorganização agora proposta, e já plasmada nas “Linhas Estratégicas para a reforma da Organização Judiciária, utilizou como critério o número de processos entrados nos respetivos tribunais, não se entende a localização em Tomar das Secções Especializadas de Família e de Menores e do Trabalho, uma vez que o volume processual no Tribunal de Abrantes, em ambos os casos, é superior ao de Tomar. Mas, para além do critério numérico, existem outros fatores de grande importância, que não foram tidos em conta.

Vejamos, a proposta agora apresentada, prevê, concretamente quanto à Comarca de Abrantes a sua extinção como tal criando em seu lugar:

- a) Secção de Competência Genérica desdobrada em matéria Cível e Criminal (Municípios de Abrantes, Constância, Mação e Sardoal)
- b) Por presunção, prevê a extinção do Tribunal de Trabalho de Abrantes passando a área da sua competência para o Tribunal de Trabalho de Tomar, com a denominação futura de “2ª Secção do trabalho”, sendo a primeira em Santarém.

Por outro lado, as execuções passarão a decorrer na Secção de Execução com sede no Tribunal de Entroncamento, as ações de Insolvência passarão para a alçada da Secção de Comércio a criar no Tribunal de Comarca de Santarém e a grande instância civil e criminal passam a ser julgadas no Tribunal de Comarca a instalar em Santarém.

Esta proposta implica um esvaziamento total das competências do Tribunal de Círculo de Abrantes, do Tribunal de Trabalho de Abrantes e da competência genérica nas áreas de Família e Menores, Execuções e Comércio.

OL
AST

A nível de quadro de recursos humanos, o actual Tribunal da Comarca de Abrantes passará a funcionar com 2 Juízes e 3 Procuradores Adjuntos.

Sucedde que, no quadro comparativo da média de movimentação processual dos processos entrados de 2008 a 2010 temos que, comparativamente, por exemplo, com Tomar, os Tribunais de Abrantes (Comarca, Círculo e Trabalho) têm mais movimento processual que este último Tribunal nas áreas de comércio (24 para 22), Execuções (740 para 640) e Família e Menores (285 para 217). Nos primeiros cinco meses do corrente ano em Abrantes entraram 866 processos e em Tomar 772. Após as férias judiciais, no mês de Setembro de 2012, a relação de entradas é de **161** em Abrantes e **142** em Tomar. Não se entendendo, por isso, a deslocalização das competências dos Tribunais de Abrantes para os Tribunais a instalar em Tomar, Entroncamento e Santarém.

Também se não entende, em concreto, a extinção anunciada por falta de menção expressa do Tribunal de Trabalho de Abrantes, uma vez que o movimento processual deste é mais elevado que o do Tribunal de Trabalho de Tomar. Na verdade, a atividade industrial do concelho de Tomar e respectiva área de intervenção do seu actual Tribunal de Trabalho ficou muito reduzida com o encerramento das suas mais emblemáticas fábricas, seja na área da fiação, seja na de produção de aglomerados de madeira (Grupo Mendes Godinho), seja de construção e obras públicas (João Salvador). Ao invés, a área de intervenção do Tribunal de Abrantes engloba empresas com atividade industrial ativa, com significativo volume de emprego e que a todo o momento podem trazer problemas de foro laboral, nomeadamente, o grupo AJIBITA (Mação), o grupo Mendes Transportes (Alferrarede), a fabrica da Mitsubishi Trucks Europe (Tramagal), o Grupo Vítor Guedes (São Miguel do Rio Torto), as diversas metalurgias de Tramagal (MDF Tramagal, Lda.), Rossio ao Sul do Tejo (FRA) e Alferrarede (FERISI), entre outras, que no seu conjunto empregam mais de dois mil trabalhadores.

À situação de empregabilidade e actividade industrial nos dois concelhos e respectivos tribunais, acresce o próprio nível de pendências após 15.03.2012:

a)Tribunal de Trabalho de Abrantes - 761

b)Tribunal Trabalho de Tomar- 823

Por sua vez, a nível de entradas entre 1.01.2012 e 15.03.2012:

a) Tribunal de Trabalho de Abrantes - 239

b)Tribunal Trabalho de Tomar - 183

Relativamente à celeridade ficaram findos, entre 1.01 e 31.12.2011, no Tribunal de Trabalho de Abrantes 964 processos.

CL
AST

Assim, é nosso entender que a proposta de ROFTJ, no que à Comarca de Abrantes respeita, com a extinção da comarca de Abrantes, do Tribunal de Círculo de Abrantes e do Tribunal de Trabalho de Abrantes e consequente deslocalização das respectivas esferas de competência para Santarém, Tomar (direito do trabalho e Família e Menores) e Entroncamento põe em causa o Acesso à Justiça, na sua vertente de proximidade, com manifesto prejuízo para os munícipes da área de intervenção dos referidos Tribunais de Círculo e de Trabalho, os quais passarão a ter de efectuar deslocações superiores a 160 Km (ida e volta) no que concerne às áreas de Insolvências(Comércio) e Grande Instância Cível e Criminal e de 70 Km no que respeita a execuções e problemas do foro laboral. A este aspeto, contrapõe-se o fato dos atuais tribunais de Comarca, Círculo e Trabalho de Abrantes, levarem a cabo uma aplicação relativamente célere e eficiente da Justiça beneficiando os cidadãos da sua área de intervenção que, no caso do Tribunal de Círculo, abrange os concelhos de Entroncamento, Golegã, Mação, Vila Nova da Barquinha, Constância, Sardoal, Gavião e Ponte de Sôr.

Relativamente à logística da proposta de ROFTJ, as mudanças preconizadas irão aumentar brutalmente os encargos do Estado Português, nada tendo a ver com racionalidade económica nem com o acordo celebrado com a "troika". De fato, em Tomar, inexistem quaisquer edifícios disponíveis para instalar, quer os recursos humanos, quer as competências previstas no projecto que ora nos foi entregue. O atual Tribunal de Comarca de Tomar tem o seu espaço todo ocupado e inexistem edifícios públicos ou privados que preencham os requisitos indispensáveis ao funcionamento dos Tribunais a instalar (Trabalho e Família e Menores com a capacidade para autuar e decidir os processos das áreas dos municípios de Abrantes, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

Por oposição, o edifício onde se encontra instalado o Tribunal Judicial de Abrantes (que alberga o Tribunal de Círculo e a competência genérica plena de três Juízos) já possui três salas de audiências e espaço para instalar outra e mais dois juízos com respectivos gabinetes e serviços administrativos. Pois, como é do conhecimento do Estado Português, proprietário do referido edifício, com as saídas da Conservatória do Registo Predial e Comercial de Abrantes e do cartório Notarial de Abrantes ficaram disponíveis mais de 200m², os quais permitem a concentração do serviço justiça a fornecer ao respectivo utente.

Por sua vez, quanto à Secção de Execução a instalar em Entroncamento, só de Abrantes e no ano de 2012 transitarão para lá 2.700 (duas mil e setecentas execuções) o que irá agravar ainda mais a situação ao nível da pendência processual que se verifica no Tribunal do Entroncamento.

O1
AOT

Ora, as intenções vertidos no “preâmbulo” do Projecto de Decreto Lei de Alteração ao ROFTJ ora dado a conhecer, são inexecutáveis: as mudanças preconizadas, no que concerne aos Tribunais de Círculo, Trabalho, Comarca (com competência genérica plena), visarão tudo menos “combate à morosidade processual e liquidação de processos pendentes”.

A erradamente propalada vantagem da jurisdição especializada - “maior concentração e especialização da oferta judiciária” – implicam que, por exemplo, num processo da jurisdição de Família e Menores, a decorrer presentemente num Tribunal dessa área do atual Distrito Judicial de Lisboa, tenha tido a seguinte tramitação:

- . Requerimento da parte por incumprimento da Regulação das Responsabilidades Parentais apresentado em 7 de Fevereiro de 2012;
- . Elaboração da respetiva capa pelo Sr. Funcionário judicial em 7 de Julho de 2012;
- . Despacho judicial proferido em 15 de Setembro de 2012.

Por oposição, em qualquer dos três Juízos de competência genérica plena do Tribunal Judicial de Abrantes, o mesmo requerimento seria autuado no próprio dia da apresentação do requerimento em Juízo e teria despacho judicial ao segundo ou terceiro dia após aquela entrada e autuação.

A esta eficiência acresce a existência em Abrantes, a nível do Centro Hospitalar Médio Tejo, da valência de saúde Materno Infantil, a qual fará aumentar a litigância judicial na área de Família e Menores. Por outro lado, como é consabido, a maior parte dos problemas de incumprimento de responsabilidades parentais são trazidas a juízo por pessoas com fragilidades económicas que não terão capacidade material para se deslocar a outro Tribunal que não o de Abrantes.

Por outro lado, é indesmentível a centralidade de Abrantes e dos seus Tribunais relativamente às regiões do Médio Tejo e do Norte Alentejo, quer a nível de relação histórica das respectivas comunidades, a nível comercial e educacional, quer nas próprias acessibilidades – auto-estrada A 23, linhas férreas da Beira Baixa e do Leste, E.N. 118, E.N 2.

Nesta conformidade, a Câmara Municipal de Abrantes e o Agrupamento de Delegação de Abrantes da Ordem dos Advogados propõem que o Art.º 116º da ROFTJ passe a ter a seguinte redação:

el
207

Tribunal Judicial da Comarca de Santarém

Artigo 116.º

Desdobramento

- 1- O Tribunal Judicial da Comarca de Santarém integra as seguintes secções de Instância Central:
 - a) Secção cível, com sede em Santarém;
 - b) Secção criminal, com sede em Santarém;
 - c) 1.ª Secção do Trabalho, com sede em Santarém;
 - d) 2.ª Secção do Trabalho, com sede em Abrantes;
 - e) 1.ª Secção de Família e Menores, com sede em Santarém;
 - f) 2.ª Secção de Família e Menores, com sede em Tomar;
 - g) 3.ª Secção de Família e Menores, com sede em Abrantes;
 - h) 1.ª Secção de Execução, com sede em Abrantes;
 - i) 2.ª Secção de execução, com sede no Cartaxo;
 - j) Secção de Instrução Criminal, com sede em Santarém;
 - k) Secção do Comércio, com sede em Santarém.
- 2- O Tribunal Judicial da Comarca de Santarém integra ainda as seguintes secções de Instância Local:
 - a) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Abrantes;
 - b) Secção de competência genérica, com sede em Almeirim;
 - c) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Benavente;
 - d) Secção de competência genérica, com sede em Cartaxo;
 - e) Secção de competência genérica, com sede em Coruche;
 - f) Secção de competência genérica, com sede no Entroncamento;
 - g) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Ourém;
 - h) Secção de competência genérica, com sede em Rio Maior;
 - i) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Santarém;
 - j) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Tomar;
 - k) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Torres Novas;
 - l) Secção de proximidade, com sede em Alcanena.

A esta proposta, correspondem a seguintes alterações nos mapas anexos à proposta de RO

Al
AS1

MAPA III -Tribunais Judiciais de 1.ª Instância -

Tribunais de Comarca:

Santarém

Secção cível;

Juízes: 4.

Secção criminal.

Juízes: 4.

Área territorial: distrito de Santarém.

1.ª Secção do trabalho.

Área territorial: municípios de Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Coruche, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém.

Juízes: 2.

1.ª Secção de família e menores.

Área territorial: municípios de Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Coruche, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém.

Juízes: 2.

Secção de instrução criminal.

Área territorial: distrito de Santarém.

Juízes: 2.

Secção de comércio.

Área territorial: distrito de Santarém.

Juízes: 2.

Abrantes

1.ª Secção de execução.

Área territorial: municípios de Abrantes, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha

Juízes: 1.

Cartaxo

2.ª Secção de execução.

Área territorial: municípios de Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Coruche, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém

Juízes: 1.

Abrantes

2.ª Secção do trabalho.

Área territorial: municípios de Abrantes, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

Juízes: 2.

3.ª Secção de família e menores.

Área territorial: municípios de Abrantes, Chamusca, Constância, Entroncamento, Golegã, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha.

Juízes: 1.

Tomar

2.ª Secção de família e menores.

Área territorial: municípios de Ferreira do Zêzere, Ourém, Tomar e Torres Novas.

Juízes: 1.

MAPA V

Quadro de magistrados do Ministério Público

Comarca de Santarém

Serviços do Ministério Público

Magistrado do Ministério Público coordenador: 1 (procurador-geral adjunto, sediado em Santarém)

Abrantes

Procurador da República: 2.

Procurador-adjunto: 3.

Almeirim

Procurador-adjunto: 2.

Benavente

Procurador-adjunto: 5.

Cartaxo

Procurador-adjunto: 3.

Coruche

Procurador-adjunto: 1.

Entroncamento

Procurador-adjunto: 3.

Tomar

Procurador da República: 2.

Procurador-adjunto: 3.

Ourém

Procurador-adjunto: 3.

Rio Maior

Procurador-adjunto: 2.

Santarém

Procurador da República: 10 (inclui o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão)

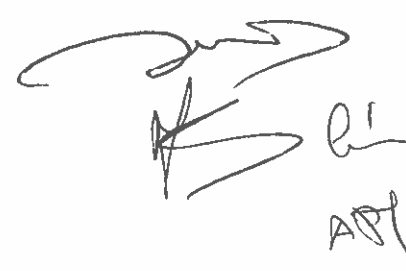
Procurador-adjunto: 6.

Torres Novas

Procurador-adjunto: 3.



Maria do Céu Albuquerque
Presidente



BOMBEIROS DE ABRANTES

Pedido de esclarecimento

5 de Novembro de 2012

A senhora presidente da câmara e os serviços têm uma capacidade fascinante de tornear as questões que lhe são colocadas.

Senão vejamos:

Os vereadores eleitos pelo PSD questionaram a senhora presidente sobre *«se pagamento aos bombeiros voluntários de Abrantes, que a Inspeção Geral Administração Local considerou ilegal»* (e que, segundo informação da senhora presidente, implicava, inclusive, perda de mandato, caso se mantivesse), *«estava a ser feito através da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Constância, transferindo a Câmara mensalmente um montante de dinheiro para esta Associação para esse efeito»* (questão 4. do nosso pedido de esclarecimento).

E como responderam os serviços a esta questão?

Da seguinte forma: *«A Câmara Municipal transfere mensalmente uma verba, por forma a assegurar as condições previstas no protocolo. O pagamento de compensações aos voluntários não é da responsabilidade da Câmara Municipal.»*

Ora, o senhor Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância foi, nesta matéria, muito mais esclarecedor e espontâneo nas respostas que deu ao jornal O Mirante do que a senhor presidente e os serviços técnicos do Município, conforme se transcreve:

«O MIRANTE confirmou a situação junto de Adelino Gomes, comandante dos Bombeiros Voluntários de Constância, dizendo que assinou o protocolo por “uma questão de solidariedade”. O pagamento do trabalho extraordinário nos bombeiros municipais foi proibido pela Inspeção Geral da Administração Local (IGAL) que considerou ilegal a compensação de dois euros por hora ao trabalho extraordinário que

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

a câmara suportava.

Como em Abrantes não existe nenhuma associação humanitária ou Liga dos Amigos dos Bombeiros por onde pudesse canalizar esse pagamento, Abrantes socorreu-se dos voluntários do concelho vizinho para contornar a situação. "Os bombeiros de Constância não recebem um cêntimo com este protocolo, todo o dinheiro regressa aos bombeiros de Abrantes", esclareceu Adelino Gomes (...)

Adelino Gomes refere que o protocolo foi visado pela Associação Nacional de Protecção Civil e por "uma série" de juristas. (...)

Na prática, o Comando dos Bombeiros de Abrantes envia, mensalmente, a listagem com o nome do bombeiro profissional, o seu NIB (número de identificação bancária) e as horas a pagar, documento do qual dá conhecimento à Câmara de Abrantes. A autarquia contabiliza a despesa e faz a transferência desta verba aos BVC que, por seu turno, efectua os pagamentos aos bombeiros abrantinos. "No mês de Setembro foram seis mil euros", exemplifica Adelino Gomes, reiterando que os bombeiros de Constância nada ganham com este protocolo e ainda dão apoio, gratuitamente, a várias actividades lúdicas ou desportivas que são realizadas no concelho de Abrantes.»
(DOC.1)

Claro como a água.

Ou seja, a não ser que a jornalista do jornal O Mirante tenha forjado a notícia (o que não acreditamos, até pela grande independência e seriedade sempre demonstradas por este jornal), o senhor Comandante afirma, preto no branco, que **o pagamento aos bombeiros voluntários de Abrantes, que a Inspecção Geral Administração Local considerou ilegal, estava a ser feito através da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Constância, transferindo a Câmara mensalmente o montante de dinheiro correspondente às horas a pagar para o BVC que, por seu turno, o transfere para os bombeiros abrantinos.**

Resumindo: a Câmara não só continuou a efectuar o pagamento as bombeiros que o IGAL considerou ilegal como, pior ainda, procurou camuflar esse pagamento ilegal

com a celebração de um protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância.

Que haja por aí muita gente que, para evitar cumprir as suas obrigações legais, seja para com os credores, seja para com o fisco, simule vendas fantásticas do seu património ou facture em nome de um familiar, já todos sabíamos.

Mas que sejam as próprias autarquias e governantes a agir desta forma para fugir ao cumprimento da lei é a demonstração mais cabal de que não vivemos num Estado de Direito, o que, aliás, não é novidade para ninguém.

Acontece que, se os autarcas e governantes se comportem desta forma, também não têm autoridade para exigir comportamento diferente do cidadão comum e, muito menos, persegui-lo com coimas, taxas e impostos.

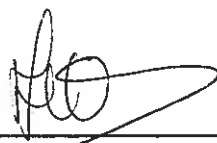
Face ao exposto, os vereadores eleitos pelo PSD querem deixar claro que, quando aprovaram o Protocolo, desconheciam que o mesmo se destinava a encobrir uma operação deste tipo.

Em anexo: cópia da notícia de O Mirante.

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

O MIRANTE

SEMANÁRIO REGIONAL

Imprimido em 05-11-2012 14:21:21

Edição de 18-10-2012

Jornal O MIRANTE

Versão original em: <http://semanal.omirante.pt/index.asp?idEdicao=570&id=86544&idSeccao=9662&Action=noticia>

SECÇÃO: Sociedade

Bombeiros Municipais de Abrantes recebem horas extra através dos voluntários de Constância

Inspeção Geral da Administração Local proibiu, em Março deste ano, a compensação de dois euros por hora aos operacionais em regime de voluntariado que a câmara suportava, considerando que esta era uma despesa sem suporte legal.

Os elementos dos Bombeiros Municipais de Abrantes que fazem serviço fora do horário de trabalho encontram-se a receber compensações de horas extraordinárias através de um protocolo que a autarquia abrantina celebrou com os Bombeiros Voluntários de Constância (BVC), em Maio deste ano. A questão foi levantada pelos vereadores do PSD Santana-Maia Leonardo e Belém Coelho na última reunião de câmara e incomodou a presidente da autarquia, Maria do Céu Albuquerque (PS), que prometeu responder por escrito exclamando que vai ter que mudar "radicalmente" o funcionamento dos bombeiros municipais.

O MIRANTE confirmou a situação junto de Adelino Gomes, comandante dos Bombeiros Voluntários de Constância, dizendo que assinou o protocolo por "uma questão de solidariedade". O pagamento do trabalho extraordinário nos bombeiros municipais foi proibido pela Inspeção Geral da Administração Local (IGAL) que considerou ilegal a compensação de dois euros por hora ao trabalho extraordinário que a câmara suportava.

Como em Abrantes não existe nenhuma associação humanitária ou Liga dos Amigos dos Bombeiros por onde pudesse canalizar esse pagamento, Abrantes socorreu-se dos voluntários do concelho vizinho para contornar a situação. "Os bombeiros de Constância não recebem um cêntimo com este protocolo, todo o dinheiro regressa aos bombeiros de Abrantes", esclareceu Adelino Gomes, criticando o aproveitamento "político" que os vereadores do PSD estão a fazer da situação. "Estou disponível para dar aos senhores vereadores as explicações que quiserem", disse o também vice-presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Em Março de 2012 a Câmara de Abrantes foi obrigada a suspender as gratificações que atribuíra a mais de metade dos 70 elementos do corpo activo, uma situação que reduziu o número de efectivos disponíveis para assegurar o normal funcionamento da corporação e implicou mexidas na organização de toda a estrutura. Tendo por base a redução da disponibilidade ao nível dos recursos humanos, a autarquia estabeleceu o referido protocolo com os BVC que entrou em vigor a 7 de Maio de 2012. Só nesse mês, a autarquia transferiu para os Bombeiros de Constância 7.100 euros pelo apoio às actividades de socorro e protecção civil que estes prestam aos Bombeiros de Abrantes.

Os vereadores do PSD, consideram que seria "extremamente grave" se este acordo fosse apenas um "esquema criativo" para contornar a legislação em vigor mas Adelino Gomes refere que o protocolo foi visado pela Associação Nacional de Protecção Civil e por "uma série" de juristas. "Fizemos este acordo por uma questão de solidariedade e também porque, antes do mesmo, os bombeiros de Constância passavam a vida a fazer emergências em Abrantes, o que contribuía para um grande desgaste das nossas viaturas", acrescentou o responsável.

Na prática, o Comando dos Bombeiros de Abrantes envia, mensalmente, a listagem com o nome do bombeiro profissional, o seu NIB (número de identificação bancária) e as horas a pagar, documento do qual dá conhecimento à Câmara de Abrantes. A autarquia contabiliza a despesa e faz a transferência desta verba aos BVC que, por seu turno, efectua os pagamentos aos bombeiros abrantinos. "No mês de Setembro foram seis mil euros", exemplifica Adelino Gomes, reiterando que os bombeiros de Constância nada ganham com este protocolo e ainda dão apoio, gratuitamente, a várias actividades lúdicas ou desportivas que são realizadas no concelho de Abrantes.

© 2008 O Mirante - Produzido por ardina.com, um produto da Dom Digital.
Comentários sobre o site: webmaster@domdigital.pt.

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 31/10/2012

Folha : 1

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/11/05

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Típ	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.01	04001149	2008/05/27	PRORRILIC	10000562	2010/04/08	NUNES ALVES E MARTINS, SOC. DE CONSTRUCOES, LDA. RUA BOMBEIROS VOLUNTARIOS 144 CAXARIAS cm00006689	construção bloco de apartamentos URBANIZAÇÃO DOS CAROCHOS, LOTE 16 A BARRO VERMELHO 2012/10/26 - Arquive-se o processo, com conhecimento à firma titular do mesmo 2012/10/26 - Arquive-se o processo, com conhecimento à firma	12000334	DES	2012/10/29
04.04	08000324	2008/06/18	LICOB	08001811	2008/06/18	RAMIRO LOPES TAPADA RUA PRINCIPAL N° 931 cm00014961	construção anexo RUA PRINCIPAL N° 931 2012/10/16: Deferido. 2012/10/16: Deferido.	12000331	DES	2012/10/24
06.01	09000034	2009/01/28	RJE	09000287	2009/02/17	NUNO MIGUEL ROSA PEDRO E OUTRO RUA MOUCA E COMPRIDA, N.º 7 - 4.º ESQ. CACÉM cm00014089	legalização moradia RUA DO CABEÇO - BLOUCAS BLOUCAS 22.10.2012: Admite-se em comunicação prévia.	12000326	DES	2012/10/24
04.04	09000239	2009/06/08	LICOB	09001044	2009/06/08	DOMICILIA PERPETUA DIAS RUA DO SERRADO N°496 COALHOS cm00011710	construção moradia bifamiliar Rua do Serrado Coalhos 22.10.2012: Proceda-se em conformidade com o proposto pelo diretor do DOU.	12000327	DES	2012/10/24
06.01	09000341	2009/07/29	LICOB	09001373	2009/07/29	ARLINDO PIMENTA MENDES E OUTROS RUA PORTAS DO SOL, N.º 36 BAIRRO SOL TEJO cm00014030	alteração moradia Rua dos Covões Maxial 2012/10/22: Deferido.	12000329	DES	2012/10/24
04.06	10000029	2010/01/20	RJE	01000271	2010/02/18	LORENZO MARIO TAVARES DA SILVA URBANIZAÇÃO QUINTA DOS TELHEIROS, LOTE 30, 3.º DT. cm00015757	construção moradia RUA 25 DE FEVEREIRO - LOTE 22 ALFARRAREDE 2012.10.22: Admissão da comunicação prévia.	12000335	DES	2012/10/24
04.03	10000033	2010/01/21	LICOB	10000108	2010/01/21	CESAR FIRMINO MORAIS TRAVESSA D. JOAO I, LOTE 3-2.ºESQ. cm00014295	legalização muros FEITEIRA COALHOS 22.10.2012: Deferido.	12000324	DES	2012/10/24
04.01	10000264	2010/06/30	LICOB	10001118	2010/06/30	JOSE LEITÃO SERRAS CASAL DAS FERRARIAS cm00018222	construção anexo Ferrarias 2012/10/26: No uso de competências que me foram subdelegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	12000339	DES	2012/10/30

*** processado por computador ***
*** sistemas infofuje ***

Handwritten signature and initials

Município de Abrantes

Data: 31-10-2012

Folha: 1

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 05.11.2012

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG5873/2012	28.03.2012	103944869 / CM1407	Vitor Manuel Lopes Peres / Estrada Nacional 118, nº 681 - Coalhos - Pego	Construção de Moradia unifamiliar / Rua do Serrado - Pego	Despacho	19.10.2012	Deferido pedido de licenciamento /legalização de obras de ampliação e alteração em habitação e anexos.
PG9661/2012	28.05.2012	501937501 / 393	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo / Estrada Nacional 118, nº 626 - Tramagal	Legalização de Habitação / Rua da Mata, nº 1 - Vale Zebrinho - São Facundo	Despacho	11.10.2012.	Indeferido
PG8018/2012	03.05.2012	106310445 / 14966	Vicente Gonçalves Mata / Rua da Estrada Velha, nº 562 - Pego	Construção de muro de vedação / Rua da Cabeça Alta - pego	Despacho	19.10.2012	Deferido pedido de licença
PG11317/2012	22.06.2012	109587570 / 16845	Silvino Dias Bento / Bairro Novo - Rua 3, nº 7 - S. Miguel do Rio Torto	Demolição de edificações e construção de garagem	Despacho	19.10.2012	Deferido pedido de licença
PG9770/2012	29.05.2012	504890700 / 5431	Immovable - Empreendimentos e Negócios Imob. Lda / Apartado 546 - Vilamoura	Construção de moradia / Rua do Moinho de Vento, 24S - Pego	Despacho	19.10.2012	Deferida licença, consubsanciando essa decisão a aprovação do projeto de arquitetura, nos moldes sugeridos pela Srª Chefe da DOGU
PG1892/2012	26.01.2012	157906507 / CM1875	Luísia Leonor / Rua da Glória, nº 200 - Carvalhal	Demolição de Construções e construção de Habitação Bifamiliar e Alteração de Muro / Rua da Glória, nº 200 - Carvalhal	Despacho	19.10.2012	Deferida licença, nos termos sugeridos pela DOGU.
PG14455/2012	27.08.2012	133848302 / 6581	António Miguel Henriques Alves / Rua António Correia, lote 3 - Olho de Boi - Alferrarede	Alterações em moradia unifamiliar, telheiro e muros / Rua 25 de Fevereiro, lote 35 - Olho de Boi - Alferrarede	Despacho	19.10.2012	Admitida comunicação prévia, nos termos e com os condicionamentos sugeridos pela Srª Chefe da DOGU
PG14366/2012	23.08.2012	117009393 / 12544	António Pires / Rua Papa XXIII, Lote 2 - 1.º Dto - Tapadão - Alferrarede	Alteração ao uso para comércio e serviços - Rua Arca D'Água - Urbanização do Condoal Lote B5 cave Dta - São Vicente	Despacho	25.10.2012	Deferida alteração de autorização de utilização
PG4250/2012	02.03.2012	148191541 / CM926	Eurico Nuno Gil da Silva / Rua General Humberto Delgado, nº 220 - Abrantes	Construção de muro de vedação / Espinhal - Pego	Despacho	23.10.2012	Aprovado projeto de arquitetura
PG13508/2012	03.08.2012	125938233 / CM7426	Joaquina Damas Covão / Pucariça Cx postal 6506 - Rio de Moinhos	Construção de muro de Contenção de Terras / Pucariça - Rio de Moinhos	Despacho	23.10.2012	Aprovado projeto de arquitetura

Município de Abrantes

Data: 31-10-2012

Folha: 2

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 05.11.2012

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra		Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada			Tipo	Data	Teor
PG11871/2012	05.07.2012	129466190 / 477S	Manuel dos Santos Alves Anastácio / Rua da Eira, n.º 74 - Carvalhal	Legalização de Habitação / Rua da Eira, n.º 74 - Carvalhal		Despacho	23.10.2012	Indeferido
PG4897/2012	13.03.2012	181542331 / CM298	Nuno Alexandre Bento Diogo / Rua dos Navegantes, n.º 5 - Concavada	Legalização de alterações em moradia e legalização de anexos e demolição de construção existente / Rua dos Navegantes, n.º 5 - Concavada		Despacho	29.10.2012	Deferido licenciamento/legalização o para alterações efectuadas em moradia unifamiliar, para anexos e demolição de parte do edificado, nos termos do informado na inf.155/2012.AT.
PG20778/2011	20.10.2011	112729916 / CM1394	João Raimundo / Rua Além da Barroca, n.º 102 - Pego	Construção de muro de vedação / Rua Além da Barroca, n.º 102 - Pego		Despacho	29.10.2012	Deferido pedido de licença de construção para muros de vedação/colocação de portão e demolição de construção, nas condições referidas no ponto 5.b.2) da inf.124/2012 DP e da inf.144/2012.AT.
PG12989/2011	01.08.2011	154636282 / 491	Amílcar Ricardo de Matos Marchante / Rua do Mercado, n.º 330 - Tramagal	Alteração de edifício / Rua do Tapadão - Tramagal		Despacho	29.10.2012	Deferido pedido de licenciamento de obras de demolição de escada exterior e regularização de ampliação de habitação

Município de Abrantes

Data: 31-10-2012

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 05.11.2012

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG22243/2011	11.11.2011	111374391 /CM1493	Bernardino Fernandes Silvério / Rua General Humberto Delgado lote 5 - 1ª esq - Abrantes	Alteração/regularização de habitação, Alpendre e Piscina / Rua Principal - Aldeia do Mato	Despacho	29.10.2012	Deferido pedido de licença de construção/legalização para obras de alteração de moradia unifamiliar, garagem e telheiro, nos termos e condições referidas na inf.145/2012.AT

AP